

Cristiane Souza Gonçalves

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro

a

EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO
DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO *e* ARTÍSTICO
NACIONAL EM SÃO PAULO:
O CASO DA RESTAURAÇÃO
DO SÍTIO SANTO ANTÔNIO,
1940-1947

168

pós-

RESUMO

Integrando o rol das intervenções pioneiras, a restauração do Sítio Santo Antônio, em São Roque, constitui exemplo paradigmático da ação do arquiteto Luis Saia que conduziu, entre os anos de 1945 e 1975, a regional paulista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O conjunto arquitetônico – formado por casa-sede e capela construídas no século 17, e por uma construção em ruína, datada do século 19 – foi uma descoberta admirável que encantou Mário de Andrade, no final da década de 1930 do século 20. No entanto, seu avançado estado de deterioração demandou medidas emergenciais para recuperação de sua integridade física e lançou, aos técnicos do Sphan, um maior e mais complexo problema de restauração a enfrentar, cujas etapas e resultados serão objeto de análise no presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico, preservação, restauração, Sphan, Luis Saia.

LA EXPERIENCIA DEL SERVICIO
DEL PATRIMONIO HISTÓRICO Y
ARTÍSTICO NACIONAL EN SÃO
PAULO: EL CASO DE LA
RESTAURACIÓN DE LA FINCA SAN
ANTONIO, 1940-1947

RESUMEN

Integrando el conjunto de las intervenciones pioneras, la restauración de la Finca San Antonio, en São Roque, constituye un ejemplo paradigmático de la acción del arquitecto Luis Saia, responsable por la sección regional paulista del Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Sphan), entre 1945 y 1975. El conjunto arquitectónico – formado por una casa sede y una capilla construídas en el siglo 17, y por una edificación en ruinas, que data del siglo 19 – fue un descubrimiento admirable, que dejó encantado a Mário de Andrade, el final de la década de 30 del siglo 20. Sin embargo, su avanzado estado de deterioro exigió medidas urgentes para la recuperación de su integridad física y planteó, a los técnicos del Sphan, un problema de restauración mayor y más complejo al que debía enfrentarse, cuyas etapas y resultados van a ser objeto de análisis en el presente artículo.

PALABRAS CLAVE

Patrimonio arquitectónico, preservación, restauración, Sphan, Luis Saia.

THE EXPERIENCE OF THE
NATIONAL HISTORICAL AND
ARTISTIC HERITAGE SERVICE IN
SÃO PAULO: THE RESTORATION
OF THE SANTO ANTÔNIO RANCH
AND CHAPEL, 1940-1947

ABSTRACT

Among the pioneer examples of architectural heritage preservation works, the restoration of the Santo Antônio ranch and chapel, in São Roque, represents a significant case of the activities held by architect Luis Saia, while leading the São Paulo's regional office of the federal organ then called National Historical and Artistic Heritage Service (Sphan in portuguese), from 1945 to 1975. The architectural set, which consisted of a 17th century house and chapel and the ruins of a 19th century building, was an impressive discovery which delighted Mario de Andrade by the end of the 1930's. However its poor conservation condition demanded urgent repair to restore its physical integrity. It presented, then, to the architects of Sphan a bigger and more complex restoration and conservation challenge whose phases and results will be subject of analysis in the present article.

KEY WORDS

Architectural heritage, preservation, restoration, Sphan, Luis Saia.

“Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, [...]. E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem.” (ANDRADE, Mário, 1997, p. 24)

As palavras de Mário de Andrade ajudam a descortinar o perfil inicial das atividades da regional paulista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) que, sob a liderança do escritor até 1945, empreenderia inúmeras viagens em busca dos monumentos os quais comporiam o quadro dos bens selecionados para representar o passado nacional. Formado por casa-sede e capela construídas no século 17, e por uma construção em ruína, datada do século 19, o conjunto arquitetônico do Sítio Santo Antônio, em São Roque, foi uma descoberta admirável que encantou Mário de Andrade, no final da década de 1930 do século 20. Seu avançado estado de deterioração, no entanto, demandou medidas emergenciais para recuperação de sua integridade física e lançou, aos técnicos do Sphan, um maior e mais complexo problema de restauração a enfrentar.



Figura 1: Conjunto do Sítio Santo Antônio: sede, ruína e capela. Década de 1940
Fonte: Iphan 9ª SR/SP

(1) Ver artigo publicado na revista *Pós*, n. 19, e intitulado “A experiência do serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional em São Paulo: O caso da restauração da igreja de São Miguel Paulista (1939-1941)”. O presente texto e o citado artigo são resultantes da pesquisa empreendida nos arquivos do órgão, por meio de sua 9ª Superintendência Regional/SP, durante o programa de mestrado desenvolvido na FAUUSP, sob orientação da Profª. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro, e contou com apoio de bolsa concedida pela Fapesp.

(2) A restauração das pinturas do forro policromado da capela, pela equipe de Edson Motta, bem como a constituição do lago e instalação da casa do zelador deu-se, apenas, a partir da década de 1960, na segunda fase das obras. Nas décadas de 1980 e 1990 foram realizadas vistorias ao bem tombado e pequenas obras de conservação, além da definição dos blocos de sanitários e do novo acesso ao monumento.

(3) Em suas viagens pelo interior paulista à busca de relíquias arquitetônicas perdidas, o então presidente encontrou a casa e capela construídas por Fernão Pais de Barros, no século 17. Não há registros fotográficos conhecidos dessa visita – como no caso do Sítio do Padre Ignácio – mas existem relatos, documentados no arquivo da 9ª SR, resgatados na tentativa de recuperar a história de dois tocheiros da capela que teriam sido, na ocasião, enviados para

Integrando o rol das intervenções pioneiras¹, a restauração do Sítio Santo Antônio constitui caso paradigmático da ação do arquiteto Luis Saia que conduziu, entre os anos de 1945 e 1975, o então denominado 4º Distrito. Nesse exemplo, a utilização plena dos recursos do concreto armado, a instauração de novos procedimentos de trabalho – tais como a elaboração de maquetes de estudo – e o partido de reconstituir estruturas então desaparecidas reforçaram os rumos conceituais e o tom das obras, já indicados nos trabalhos anteriores.

Realizada em duas etapas principais², deteremo-nos sobre a primeira fase (1940/1947) que contemplou os principais serviços para a restauração do conjunto e produziu, entre outros, curiosos relatórios mensais, inúmeros ofícios, cartas e consultas à sede do órgão, no Rio de Janeiro, além de propor a utilização pioneira do concreto ciclópico na “reconstrução” da ala ruída da sede.

A DESCOBERTA DO BEM E O ENTENDIMENTO DE SUA SIGNIFICAÇÃO

“O objetivo de minha viagem era o sítio Santo Antonio, onde se encontra ainda, embora muito maltratada, todavia, em condições de ser restaurada, a capella construida pelo fundador do antigo latifundio, capitão Fernão Paes de Barros, por volta de 1681-82, em honra a Santo Antonio. Bem haja o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no afan que o domina de preservar da ruina e do desaparecimento completo, essas relíquias que podem, sem exaggero, ser classificadas de sagradas e que se encontram por todo território brasileiro. [...] Apesar de pouco a distancia [...], boa meia hora se gastou por aquelles accidentados caminhos, no trajecto da cidade ao sítio. Mas, quanta compensação ao pouco de sacrificios que a demora na viagem e os solavancos impõem ao forasteiro! De cada crista de morro que se galga, novo scenario, mais empolgante que o anterior se desdobra á nossa vista deslumbrada. A serra do Japy e o morro do Vuturuna, em frente, avultam, dominando a paisagem.”
(BRITO, MTSP 14.1.1., IPHAN/9 SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 33)

O relato do jornalista Luis Tenório de Brito, no artigo intitulado “Vida Suburbana de São Paulo. São Roque e a capella de Santo Antônio”, publicado em 30 de junho de 1940 no jornal *Correio Paulistano*, ilustra bem o cenário encontrado por ocasião do início das obras a serem empreendidas pelo Sphan. Pelo local já haviam passado o então presidente do estado, Washington Luís, em 1920³, e, alguns anos depois, por volta de 1937, o escritor Mário de Andrade e Paulo Duarte. O encantamento de Mário foi tal, que o escritor decidiu adquirir o sítio e suas terras para doá-las ao SPHAN, após sua morte⁴. Essa passagem marcou o início do processo de salvaguarda do conjunto arquitetônico pelo Serviço do Patrimônio.

Uma das primeiras ações em torno da preservação do monumento foi a produção do artigo “A capela de Santo Antônio”, escrito por Mário de Andrade para o número inaugural da *Revista do Patrimônio*, publicada em 1937. Para sua produção, foram levantados dados que são tanto indicadores do significado

guarda no Museu Paulista. Cf. MTSP 14.1.2., Iphan 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 45-46.

(4) Ao que indica a documentação do órgão em São Paulo, foram longas as negociações para efetivar a doação da propriedade pela família de Mário de Andrade, que ocorreu somente em 1968, com a transferência, ao Iphan, das duas edificações – sede e capela – e de uma gleba de 11.000 m². Após doação do sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, a família repassou ao Iphan o equivalente a mais de 65.000 m² de terreno. Ver MTSP 14.1.1., Iphan 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 34-42.

(5) Cf. Processo de tombamento n. 214-T, Arquivo Noronha Santos in GONÇALVES, 2003, p. 73-74.

desse patrimônio paulista, aos olhos do Sphan, quanto reveladores das intenções as quais, mais tarde, conduziriam o plano de restauro do conjunto edificado. Vale lembrar que esse trabalho se inseria na fase inicial de atuação do órgão, em que a busca, o inventário e o reconhecimento dos bens arquitetônicos e artísticos paulistas ainda constituíam as principais atividades, e as experiências anteriores, no campo das ações mais diretamente ligadas às intervenções de restauro, resumiam-se à igreja e convento de Embu e à capela de São Miguel.

Mário de Andrade inicia o artigo chamando a atenção para um ponto fundamental: a questão do valor atribuído ao monumento. No caso paulista, defendia a supremacia do valor histórico em relação ao valor artístico:

“São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia.

O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de se reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir.” (ANDRADE, 1997, p. 24, grifo nosso).

A inclusão do conjunto arquitetônico do Sítio Santo Antônio dentro do rol dos monumentos paulistas tombados pelo Sphan, e, portanto, dos monumentos nacionais, insere-se, então, nesta perspectiva muito mais *histórica* que arquitetônica ou artística. Sua inscrição, no entanto, foi feita no *Livro do tomo das belas-artes*, em janeiro de 1941⁵.



Figuras 2 e 3: Mário de Andrade em visita às obras e estado de conservação da capela, na década de 1940
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DO CONJUNTO

Acompanhando o artigo da revista inaugural do Sphan, constava um levantamento realizado por Luis Saia. A partir de sua análise, é possível tecer algumas observações iniciais relativas à configuração do conjunto.

A conformação da casa-grande – cerca de 35 metros de comprimento de fachada por 15 metros de lado – desde o início intrigou Lucio Costa ao confrontá-la com os demais exemplares remanescentes da arquitetura dita “bandeirista”, tradicionalmente de planta quadrada. Seu programa, no entanto, parecia respeitar o esquema típico: alpendre frontal, funcionando como área de transição entre a parte íntima da casa, restrita aos moradores, e os cômodos abertos ao uso dos visitantes; à esquerda, quarto de hóspedes, e, à direita, a capela.

O que seria, no entanto, o partido “bandeirista” autêntico, escondia-se atrás de profundas alterações formais. Além do fechamento do alpendre frontal com alvenaria de tijolos, encontrava-se ruída toda a ala esquerda do edifício. Apresentava ainda “recentes” divisões internas, executadas em alvenaria de tijolos, e uma construção anexa, à direita da casa-sede (ver Figura 4). Essa edificação contígua, denominada “casa do Barão” – por ter sido construída e habitada pelo Barão de Piratininga –, contava, na época do levantamento, com as paredes externas, de taipa de pilão, já sem a presença da camada de revestimento, e com as divisões internas desaparecidas. Com a ausência da cobertura primitiva, apresentava trecho frontal completamente erodido. Assim a descreve Mário de Andrade, no já citado artigo para a *Revista do Sphan*:

“Neste edifício, de que restam apenas as ruínas das paredes exteriores, ainda se descobrem umas pinturas amortecidas pelo tempo,

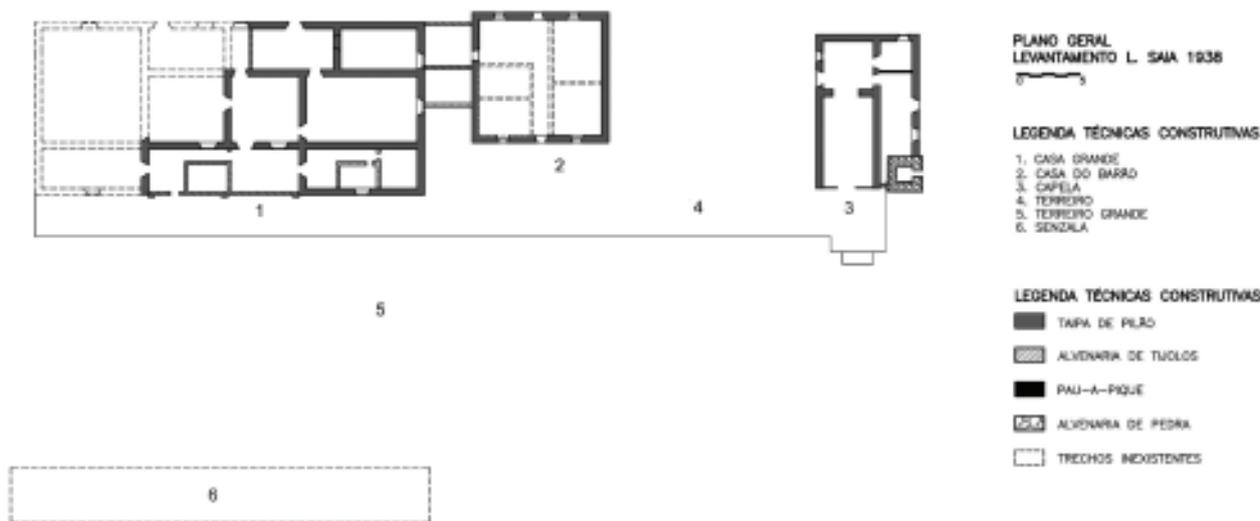


Figura 4: Base em CAD, a partir do levantamento do conjunto realizado por Luis Saia, em 1937
Crédito: Desenho da autora

(6) As informações sobre a antiga senzala teriam sido fornecidas pelo sr. Euclides de Oliveira, antigo proprietário, conforme atesta o artigo de Mário de Andrade (ANDRADE, 1997, p. 26). Outra fonte para os testemunhos orais recolhidos teria sido uma antiga escrava do barão. Cf. ANDRADE, 1997; Iphan 9ª SR/SP, Pasta MTSP 14.3.3. in GONÇALVES, 2003, p. 56-71. Segundo depoimento do arquiteto José Saia Neto à autora, foram empreendidas buscas prospectivas para se descobrir o local exato da senzala e comprovar sua existência, mas, por ter sido o solo exaustivamente trabalhado para a agricultura, nada foi encontrado na ocasião.

feitas por um agregado do barão, dizem, e representando cenas de caçada. Na sua casa de Santo Antônio, o ilustre e político barão deu festas célebres, em que, conforme o testemunho de uma escrava ainda existente, havia caçadas e conversas de política. Está certo. A mesma ex-escrava, aliás, conta que ajudou na construção da casa nova, carregando terra para a taipa.” (Ibid., p. 26, grifo nosso)

Além dessas linhas do artigo, nada mais encontramos que descrevesse essa segunda residência. Não há cortes ou desenhos da fachada, constantes do levantamento realizado por Luis Saia, consultado na mapoteca do Arquivo Noronha Santos, no Rio de Janeiro. É possível que essa construção, de planta quadrada, apresentasse, originalmente, os elementos típicos do modelo “bandeirista”: cobertura em quatro águas, com telhas de barro tipo capa e canal e largos beirais nos quatro lados. Ou seja, além da técnica construtiva utilizada – a taipa de pilão – poderia apresentar semelhanças volumétricas em relação à casa principal.

Mais alguns metros, e alcançava-se a capela. Construída por volta de 1681, a pedido de d. Maria Mendonça, esposa do capitão Fernão Pais de Barros, a capela possuía paredes de taipa e torre de pedra, revestidas com argamassa de barro. Apenas uma das paredes internas, que dividia o compartimento da sacristia, era de pau-a-pique. Possuía elementos de interesse ornamental, tais como a policromia do forro em tabuado de madeira e os trabalhos do retábulo, minuciosamente descritos por Mário de Andrade.

O levantamento gráfico produzido por Saia tenta ainda recuperar, esquematicamente, a localização possível da senzala – que se acreditava ter existido em função do número de escravos constantes do inventário de Fernão Pais de Barros – e que teria desaparecido, “transformado o lugar em roça de batatinha” (ANDRADE, 1997, p. 26). Interessante notar a observação de Mário de Andrade que a senzala possuía o mesmo comprimento da casa grande e estaria, com esta, perfeitamente alinhada⁶.

O precário estado de conservação, principalmente das peças em madeira – fragilizadas pela presença de água – e da cobertura, dava o tom de urgência nos serviços de reparos e conservação a serem iniciados.

ETAPA PRELIMINAR: PESQUISA HISTÓRICA, LEVANTAMENTOS E PROSPECÇÕES

O primeiro ponto a ser lembrado, dentro do âmbito das pesquisas históricas realizadas em torno do monumento, refere-se ao já citado artigo de Mário de Andrade para o exemplar n. 1 da *Revista do Sphan*. Some-se a esse, outro texto, produzido por personagem cultural não menos importante: Lucio Costa. Em seu artigo, intitulado “A arquitetura jesuítica no Brasil” e publicado no n. 5 da *Revista do Sphan*, de 1941, o arquiteto realiza apurada análise dos retábulos, citando a capela de Santo Antônio como exemplar da arte brasileira, em contraposição à arte portuguesa produzida no Brasil (COSTA, 1997).

No fundo, como dois pensadores modernistas, os autores, apesar de tratarem de temas aparentemente diversos, encontram uma conexão em torno de

(7) A data de início dos procedimentos executivos – 1940 – é dada pelos primeiros registros documentais da pasta suspensa denominada: MTSP 14.3.1. Sítio S. Antonio, S. Roque/SP. Obras (1940/45). A conclusão dos serviços da primeira fase da restauração, por sua vez, é indicada pela documentação fotográfica dos cadernos de obra, bem como pelos registros escritos. Ver Pastas Suspensas (MTSP 14.3.1. e MTSP 14.3.3.) e Cadernos de Obra, IPHAN 9ª SR/SP.

(8) Billhetes escritos durante a fase de execução, em 1944. O primeiro trecho se refere a um bilhete de Luis Saia ao mestre Faria, e o segundo segue, do sr. Garcia, carpinteiro, a Saia. Ver MTSP 14.3.1., Iphan 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 62-63.

(9) Carta de Luis Saia à Lucio Costa sobre a solução proposta para o forro da capela, de 17 de junho de 1944 (SAIA, MTSP 14.3.1., Iphan 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 58).

um eixo fundamental, de uma idéia central: a busca pela produção artística genuinamente brasileira. Os esforços de pesquisas e análises têm como foco comum as indagações acerca dessa produção e dos elementos culturais, sociais ou materiais que teriam ajudado a conformá-la.

A idéia que a arquitetura produzida nos primeiros séculos representaria as raízes da produção cultural brasileira transparece, inclusive, no primeiro desenho de levantamento produzido para o conjunto do Sítio Santo Antônio, no qual uma legenda indica a historicidade das construções, classificando-as como sendo do “período colonial”, “imperial” ou “construção recente”. A edificação contígua à casa-grande – “casa do Barão” – recebeu, na legenda, a classificação: “construção império, em ruínas”, indicativa de seu destino final no plano de preservação do conjunto – a demolição. O cotejamento dos registros então produzidos, com o levantamento atual, avaliando o que foi efetivamente recuperado e removido, torna evidente a eleição do período colonial como fase da história a qual se pretendeu resgatar.

Além dos mapeamentos gráficos, foram realizados registros fotográficos – elementos fundamentais para as análises que pretendemos realizar, na medida em que preenchem as lacunas deixadas pela inexistência de demais documentos – desenhos e memoriais descritivos, por exemplo –, ajudando a montar o quebra-cabeça da obra realizada.

ETAPA EXECUTIVA⁷: PROJETO, PLANO DE OBRAS E PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

Uma primeira lacuna significativa diz respeito à elaboração do projeto de restauro. Inicialmente, essa poderia ser creditada a uma dificuldade de obtenção dos dados, por parte do pesquisador – por perda de documentação ou omissão no registro –, porém não é o que transparece da leitura atenta aos documentos consultados. Trechos como “*providenciar a fatura das colunas com pedra do modo que vai croquisado*” ou “*não é possível colocar a mordura da urupema do modo em que combinamos*”⁸, ou ainda “*quero também cometer a indelicadeza de pedir um pouco de urgencia nessa consulta minha pois os operários já estão trabalhando lá*”⁹, parecem indicar a ausência de um mapeamento detalhado e, ao mesmo tempo, integral das obras a serem executadas.

Em outro segmento de texto relativo às obras de Santo Antônio, encaminhado à diretoria, em 15 de novembro de 1944, Luis Saia revela:

“Por uma questão de facilidade de trabalho para não deixar o pedreiro com serviço emperrado, tomei a iniciativa de mandar executar certos serviços na casa grande. Naturalmente estes serviços são fatais em qualquer critério a adotar em relação à casa grande: demolição das paredes que fecham atualmente os alpendres, reforço daquelas partes de algumas paredes que estão muito prejudicadas, etc.” (SAIA, MTSP 14.3.1., IPHAN 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 63, grifo nosso)

A naturalidade com que são descritos os serviços a serem realizados – desconsiderando suas implicações quanto ao partido a ser adotado –, chama-nos

a atenção para a inexistência de um projeto de restauro propriamente dito, no qual estariam previamente definidas as questões de ordem conceitual, geradoras das soluções técnicas aplicadas a esse caso específico. Ou seja, os critérios a adotar nessa intervenção ainda não estavam claros, apesar de iniciadas as obras.

Na verdade, esse documento suscitou o questionamento, por parte do diretor, a respeito da elaboração de um plano geral de projeto que pudesse ser encaminhado, para análise e aprovação, à seção técnica no Rio de Janeiro, conforme mostra a carta de 25 de novembro do mesmo ano:

“Meu caro Saia;

*O nosso amigo Reis já teve oportunidade de examinar, pela Seção Técnica, o orçamento elaborado por você para as obras projetadas no Sítio Santo Antonio. Achou em princípio que ele pode ser aprovado, **mas aguarda, para se manifestar definitivamente a respeito, o recebimento de um ante-projeto das obras de restauração e construção.***

Como há urgência para vocês na solução do caso, não é necessário mandar o ante-projeto com apresentação cuidadosa, bastando remeter indicações à mão livre das plantas e elevações.

À espera de suas providências para o fim desejado, envio-lhe um cordial abraço,

Rodrigo M. F. de Andrade.” (ANDRADE, MTSP 14.3.1., IPHAN 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 63-64, grifo nosso)

A informação de José de Souza Reis confirmando o recebimento “*das indicações enviadas pelo Dr. Saia*” (REIS, MTSP 14.3.1., IPHAN 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 64) e aprovando o plano de ações elaborado para o sítio data de dezembro de 1944, o mesmo mês em que Luis Saia informa estarem as obras da capela em fase final, restando apenas detalhes de acabamento¹⁰. Enfim, parece que a concepção do “plano de obras”, como é denominado por Souza Reis, ocorreu paralelamente ao desenvolvimento das etapas executivas de trabalho. Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro gráfico desse plano proposto, é possível recuperar alguns dados a partir do cruzamento da documentação existente com a conformação atual do monumento.

O primeiro ponto que chama a atenção refere-se à decisão de demolição da “casa do Barão”. O fato é curioso, pois a escassa documentação produzida não gerou perturbações na diretoria técnica que aprovou, sem contestações e sem nenhuma nova solicitação, a supressão dos restos da edificação. A construção em taipa do século 19 apresentava remanescentes que, segundo a avaliação da equipe do Sphan, não permitiam sua reconstituição. Sua remoção – indício de, na leitura dos técnicos, tratar-se de um elemento de importância histórica inferior às demais construções do conjunto e cuja permanência causaria interferência na percepção do conjunto do século 17 – foi concluída em 1947, segundo os registros fotográficos do caderno de obras, não tendo sido discutida a possibilidade de sua manutenção, consolidação e aproveitamento do espaço interno:

“O partido que se revela, nas entrelinhas, é moderno e racional em sua origem, e, portanto, não pouparia de seu desenho retificador as inserções dissonantes no conjunto.”

(10) “... as obras estão em fase final de acabamento e poucas coisas restam a fazer: acabamento da parte de madeira da fachada que teve que ser toda desmontada [...]; acabamento do telhado da torre que não foi feito até o momento porque quero estar presente e acompanhar o trabalho que na minha opinião é das coisas mais importantes do ponto de vista plástico. Trata-se de uma parte pequena em tamanho porém importante como participação no aspecto final da obra.” Carta de Luis Saia a Rodrigo M. F. de Andrade, de 16 de dezembro de 1944. MTSP 14.3.1., Iphan 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 64-65.



Figuras 5 e 6: Início dos serviços de demolição da taipa da "casa do Barão" e registro das prospecções para detectar os vestígios das fundações da ala ruída da sede, 1945-1947
 Fonte: Iphan 9ª SR/SP

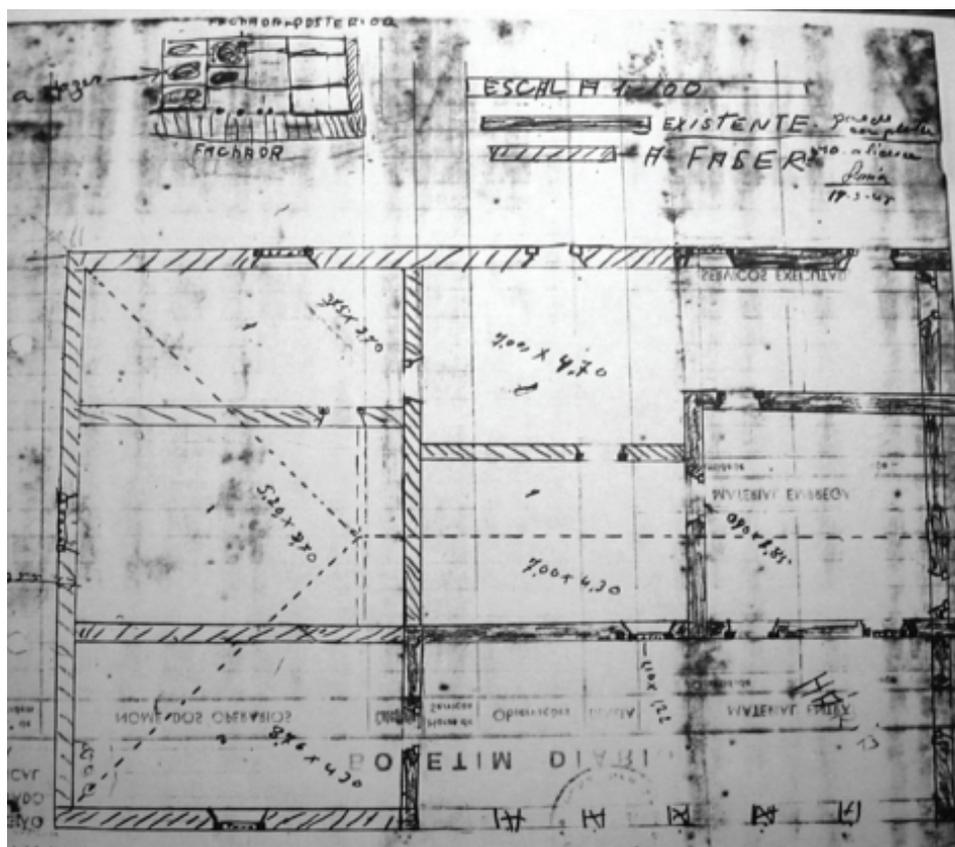


Figura 7: Desenho do sr. Faria enviado à Saia, em março de 1945. Notar a representação das paredes existentes e "a fazer", além das indicações para cinco colunas no alpendre
 Fonte: Iphan 9ª SR/SP.

(11) No referido ofício, encaminhado em 10 de novembro de 1947 ao diretor da D.E.T., arquiteto Lucio Costa, o chefe do 4º Distrito explica as razões das soluções adotadas em relação aos “esteios do alpendre da casa grande”: primeiramente, pela identificação de seis colunas “de idêntico perfil e bitola” nas proximidades da sede; em segundo lugar, pelo encaixe “perfeito” dessas com a bitola do frechal; e, em terceiro, as marcas, em número de três, encontradas em “meio frechal”. Esclarece, ainda, que as seis colunas colocadas, provisoriamente, no alpendre, pelo encarregado da obra, causaram má impressão, direcionando a novas pesquisas. A ausência das fotografias citadas no ofício e de plantas ou croquis dificultam, sobremaneira, o entendimento das explicações ao número de cinco colunas, finalmente, adotadas: “[...] Esses detalhes – indicações seguras sobre a posição e número de colunas no alpendre – são os seguintes: a) no frechal existem as marcas (apontadas com varetas na foto 419 e uma delas perfeitamente visível no canto superior esquerdo da foto 420) em número de 3 (três) para meio frechal, sendo uma comum – a central); b) a escada de pedra do paredão fronteiro incide exatamente, em tamanho e lugar, com a posição do terceiro vão de esteios a partir do lado esquerdo do alpendre. 4) Sendo 5 as colunas do alpendre, onde estaria localizada então a sexta coluna? As fotos [...] mostram os restos de uma parede [...] e os orifícios onde se encaixavam as vigotas de uma plataforma assoalhada aí existentes. [...] Me parece fora de dúvida que estaria repetida aqui a mesma solução de situar no vão grande da plataforma um esteio – solução esta que se encontra no mesmo edifício, na parte que não fora demolida ...” (SAIA, Of. 222/47, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP)

Com relação à casa-sede, por outro lado, foi proposta a reconstituição do trecho desmoriado e o resgate do que se acreditava ser a forma primitiva da edificação. Foram realizadas prospecções no local para detectar vestígios das antigas fundações de taipa e definir, então, o desenho da ala ruída.

Esses procedimentos, ao invés de preceder as etapas de execução, ocorreram em fase adiantada da obra, em 1945, conforme atestam as fotografias dos cadernos de obra. O desenho dos alicerces encontrados foram enviados à Saia, em São Paulo, em março de 1945, como atesta o bilhete do sr. Faria:

“Sr. Saia

*Já foi feita a pesquisa na parte em ruína, e vai o desenho do alicerce encontrado. **As portas e janelas nesta parte desaparecida é colocada por mim isto é se tiver certa...***

(FARIA, MTSP 14.3.1., IPHAN 9ª SR/SP in GONÇALVES, 2003, p. 71, grifo nosso)

Paralelamente a isso, foi se conformando a proposição para o alpendre: demolição dos fechamentos posteriores em alvenaria e recomposição dos pilares em madeira. As definições com relação à extensão total do edifício, e, por conseguinte, do alpendre, bem como o número de colunas a “recompor”, gerou uma série de questionamentos por parte do arquiteto Lucio Costa que, na informação n. 181, de 22 de novembro de 1947, registra seu ponto de vista:

“Apesar da lógica da argumentação do Dr. Luiz Saia e da documentação em que êle se baseia, considero inaceitável a divisão do vão do alpendre em seis lanços. [...] Aliás o exame mais demorado do problema leva a uma conclusão um tanto alarmante: será que o Dr. Saia se equivocou, aceitando como primitivas as paredes que constituem um dos cantos extremos do alpendre, e fez a casa maior do que terá sido? É que a estranheza provocada pela extensão desmedida da fachada se agrava quando se constata que, em planta, a disposição dos vãos do alpendre – porta e duas janelas equidistantes – parece indicar que, originariamente, o alpendre teria sido menor, redução que viria então a restituir a fachada e ao alpendre as suas verdadeiras proporções.” (COSTA, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP, grifos nossos)

A resposta de Saia vem em um longo ofício (239/1947), de 27 de novembro do mesmo ano:

“... Em primeiro lugar cabe-me informar que apenas tres colunas são insuficientes para este vão do alpendre. [...] Sobre as razões que abonam a solução adotada acredito que as apresentadas em meu ofício n. 222/47¹¹, sobretudo às marcas encontradas no frechal [...] sejam suficientes. Quanto ao fato do senhor Diretor da D.E.T. se alarmar com a ‘extensão desmedida da fachada’ cabe-me apenas informar que so foram executadas as bitolas irrecusáveis encontradas no proprio local. Neste sentido tenho procurado e encontrado confirmação integral por parte de pessoas que

(12) “1ª – as proporções por demais alongadas do edifício, tanto considerado em planta como em elevação, o que contrasta com a proporção compacta dos demais exemplares conhecidos; 2ª – o número excessivo de esteios do alpendre, o que atribue ao conjunto uma comodulação e um ritmo bastante diferentes da comodulação e do ritmo usuais; 3ª – a equidistância das janelas do alpendre em relação à porta, o que parece sugerir um eixo de simetria, ...” (COSTA, C. 737, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP)

conheceram a casa grande antes da demolição parcial. [...] Quanto á possibilidade, aventada pelo senhor Diretor da D.E.T., de o alpendre ser menor e ser simétrico em relação aos cheios, tal [h]ipótese é inteiramente recusada pela inexistência de um vestígio sequer de parede no ponto em que deveria estar a parede de fecho do alpendre (a suposta, evidentemente). [...] Resumindo posso assegurar que as proporções da fachada e do alpendre são fiéis.” (SAIA, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP)

A dúvida de Lucio Costa perdura, como atesta nova circular, encaminhada em 20 de dezembro de 1947, ao arquiteto Saia, na qual analisa o resultado da restauração da sede à luz dos “modelos” conhecidos¹², direcionando, por fim, a discussão para as soluções executadas na capela:

“... Quanto à capela ocorrem a seguintes observações:

- 1ª – a disposição do empedrado do adro na forma como foi encontrado, não apresentava indícios de comportar pilares;
- 2ª – a fotografia que faz referência à pedra comprovante da existência de uma ‘coluna’, num dos cantos do adro, não esclarece suficientemente essa interpretação;
- 3ª – os pranchões que fechavam os extremos da empena da capela pareciam antigos e a substituição deles por um painel contínuo de treliça foi medida infeliz, uma vez que o telhado do alpendre não terá remate de encontro às reixas da urupema.” (COSTA, C. 737, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP)



Figuras 8 e 9: A foto à esquerda indica, com seta, a marca retangular do frechal do alpendre da capela. Comparar a solução encontrada – os “pranchões” do fechamento superior citados por Lucio Costa – com a treliça executada
Fonte: Iphan 9ª SR/SP

Ou seja, dos serviços emergenciais executados para a recuperação da cobertura – com verificação e troca do entelhamento e madeiramento comprometidos –, e inserção, ainda em 1939, de “grandes folhas de papelão alcatroado” (IPHAN, 1997b) para proteção do forro, percorreu-se longa distância em direção à opção formal adotada no restauro da capela e demandou um volume intensivo de investigações.

Parece que desde o início dos trabalhos¹³ estava colocado o problema da reconstituição do alpendre frontal da capela, não mais existente. A forma desse novo alpendre e seus detalhes construtivos – uma vez que não havia indícios suficientemente comprobatórios de seu desenho primitivo – foram objeto de inúmeras consultas ao arquiteto Lucio Costa em busca das soluções as quais o avanço das obras apressavam:

“O problema sobre o qual queria ter a opinião do Dr. Lucio [...] é o seguinte: [...]. Por uma questão de declive dos panos deste telhado os caibros devem estar apoiados nos frechais externos. Até aí, nenhuma dúvida. A dúvida que surge – que é apenas uma questão de gente se decidirem [sic] entre duas soluções possíveis – é a respeito dos espigões e da cumieira.”

Aparentemente, em nenhum momento se cogitou manter a capela da forma em que foi encontrada, sem o alpendre frontal. Apesar de claramente servir como elemento de proteção da capela vazada em madeira, a presença da cobertura interseccionando o desenho da esquadria é intrigante e torna muito plausível a hipótese levantada por Aracy Amaral (1981) de tratar-se de uma inserção posterior. Um dos elementos que usa para sua interpretação é justamente a seção retangular do vazio na prancha de madeira da fachada (ver Figura 8). Utilizando, às avessas, o argumento de Saia, Aracy diz que as peças do mesmo período teriam, necessariamente, seção quadrada, e a seção retangular seria indicativa de sua execução posterior.

Outra hipótese surgiu, também levantada pela autora Aracy Amaral, que haveria existido um alpendre lateral. A seu favor, dois elementos concretos: os remanescentes dos pilares em madeira encontrados por Saia no local – e para os quais foram formuladas hipóteses, sem se chegar à conclusão definitiva –, e o sentido do chanfro dos vãos de porta e janela, na lateral esquerda, estranhamente executado na direção contrária à usual – explicação de Saia de tratar-se de uma modificação do projeto, durante a execução.

Por fim, vale destacar que, apesar da intensa troca entre a regional e a diretoria, do cuidado para que os procedimentos verificassem e comprovassem as soluções anteriormente existentes – e que contou, inclusive, com a elaboração de uma maquete de estudos da capela a qual, além de servir de modelo para avaliação pelo arquiteto Lucio Costa¹⁴, seria também exposta nas comemorações do IV Centenário de São Paulo (ver Figura 10) –, a complexidade dos problemas e a

(13) “[...] Conforme a arguta observação do Sr. Luís Saia, tanto orifícios como chanfraduras parecem ser elementos de samblagem de tesouras, que formariam na frente da capela um alpendre.” ANDRADE, 1997, p. 27.

Figura 10: Plano frontal com maquete de estudos, tendo, ao fundo, a capela. Registro fotográfico de 1945
Fonte: Iphan 9ª SR/SP



(14) O arquiteto José Saia Neto explica: “É, que como o Lucio não vinha para São Paulo – ele não viajava – então, se preparava esse material pra levar a ele. O Lucio, a esposa dele morreu num acidente de carro, e com ele dirigindo o carro. Então ele ficou super traumatizado. Então, ele não viajava muito de carro, e muito menos de avião. Então, assim as poucas viagens que ele fez, que ele fez de navio pra Europa, mas depois da morte da esposa, ele fez acho que uma meia dúzia de viagens a Brasília, se tanto. E uma, duas vezes ele veio a São Paulo, mas aí veio a São Paulo muito recentemente, há uns dez anos atrás. [...] Mas, ele não vinha.” Entrevista concedida à autora em 25/02/2003.

(15) Cf. GONÇALVES, 2004; 2006.

(16) A partir de fotografias de relatórios de vistorias realizadas na década de 1980, é possível visualizar parte da estrutura executada. Na ocasião, trechos do revestimento encontravam-se descolados da base, sendo possível, aos técnicos do Iphan, determinar o posicionamento e a dimensão dos pilares em concreto da casa-sede.

opção por reintegrar, ao monumento, elementos já desaparecidos e considerados parte integrante de uma suposta tipologia original, gerou, e até hoje suscita, questionamentos das mais diversas ordens. Comprovadamente, ainda há muito por se discutir.

DAS SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS E REINTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS

Desde as primeiras intervenções realizadas pelo Sphan, o uso do cimento e do concreto armado difundiu-se como solução técnica empregada, especialmente na regional paulista¹⁵. Parece-nos, no entanto, que, no caso do Sítio Santo Antônio, esse emprego atingiu um nível maior de complexidade, uma vez que foi utilizado tanto nas consolidações das taipas existentes como também na “reconstrução” da ala esquerda da casa grande, integralmente executada em concreto ciclópico.

Com relação às técnicas empregadas na restauração do conjunto, a primeira solução que merece uma análise mais detida refere-se à inserção de esqueleto de vigas e pilares em concreto, bem como de placas para reforço da base das taipas existentes. Similarmente à restauração da Igreja de São Miguel, não há um plano, projeto estrutural ou mesmo croqui da estrutura proposta. A recuperação do desenho da nova estrutura sobre a preexistente, em taipa, só é possível por meio de fragmentos.

As primeiras referências são os relatórios mensais, elaborados pelos operários, de onde se pode deduzir não só o período em que foram realizadas as tarefas, mas também como se assemelhavam, enquanto plano, ao proposto para Embu e São Miguel: abrir rasgos na taipa e preenchê-los com concreto foi, por um período, tarefa diária e constante. Os pilares seriam executados nas quinas e o embasamento, erodido pela ação das intempéries, seria completado com placas de concreto armado. Supõe-se, ainda, que também os frechais em madeira comprometidos seriam substituídos por vigas de concreto¹⁶.

Com relação à reexecução dos trechos arruinados, foi inicialmente proposto que se aproveitasse a taipa remanescente da “casa do Barão”. A proposta consistia em serrar a taipa, de modo a conformar blocos de terra a serem empregados na reconstrução da ala esquerda arruinada. O registro de Saia, de janeiro de 1947, revela o plano:

“Foi inicialmente projetado o aproveitamento da taipa da ‘casa do Barão’ na recomposição das paredes arruinadas da casa grande do segundo século. O ponto de partida deste projeto se baseava na possibilidade de obter blocos de 1m x 1m. que seriam fixados numa estrutura de concreto armado formado de colunas e vigas de seção reduzida. A execução dos trabalhos de obtenção dos blocos veio revelar entretanto ser impossível tal possibilidade porque os blocos se rompem com muita facilidade. O erro está em não se ter considerado inicialmente que a taipa da ‘casa do Barão’, sendo do século passado, já não apresenta aquela consistência encontrada nas taipas de época anterior. Erro meu, evidentemente,



Figuras 11 e 12: Execução da ala esquerda da sede em concreto ciclópico
 Fonte: Iphan 9ª SR/SP

pois no meu artigo sobre residencias seicentistas defendi a tese denunciadora desse fato. [...] Estou procurando um meio de consolidar estes pequenos blocos que, uma vez queimados (se possível) poderão ser aproveitados sobretudo nas paredes internas.” (SAIA, MTSP 14.3.3., IPHAN 9ª SR/SP, grifo nosso)

(17) Em seu artigo IV, sobre o material de restauração, a *Carta de Atenas*, de 1931, recomenda: “Os especialistas receberam diversas comunicações relativas ao emprego de materiais modernos para a consolidação de edifícios antigos.[...] aprovaram o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna e especialmente do cimento armado. Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício a ser restaurado.” Cf. Iphan, 2000, p. 15.

Parece não ter sido cogitada, em momento algum, a reexecução dos muros em taipa de pilão. Uma das justificativas apontadas seria a perda de domínio da técnica. Por outro lado, farta era a oferta de pedra, no local, e total o domínio da tecnologia do concreto, levando à proposta inovadora de execução em concreto ciclópico.

Essas duas soluções técnicas – passíveis de críticas à luz das recomendações atuais relativas à irreversibilidade da intervenção e da compatibilidade física dos novos materiais com as estruturas existentes –, na época, encontravam respaldo conceitual e científico nas posturas internacionais que recomendavam o uso do “cimento armado” como técnica moderna e de comprovada eficácia. Além disso, apesar das restrições quanto às reconstituições integrais, recomendavam que o tratamento final, no caso das reintegrações, buscasse a compatibilização com o caráter do edifício¹⁷.

Além do conhecimento de tal recomendação internacional, os técnicos do Spahan – Luis Saia, Lucio Costa e os demais que vieram a participar dessa decisão técnica – parecem ter buscado uma linguagem compatível, que marcasse a diferenciação do material, e, ao mesmo tempo, possuísse certa similaridade com a técnica construtiva primitiva – a taipa de pilão – tanto em relação à sua execução quanto ao seu aspecto final.

ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

“... Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, [...]. E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem.” (ANDRADE, 1997, p. 24)

Valemo-nos novamente do texto de Mário de Andrade para iniciar as análises dessa intervenção. O artigo nos auxilia a capturar o espírito que, na época das obras realizadas, inspirava as ações de preservação. A citada ambição por descobertas notáveis é compreensível quando lembramos que órgão federal de preservação acabara de ser criado. A análise da obra parece revelar, para nós, também o desejo por feitos admiráveis.

Apesar da noção de conjunto ter estado sempre presente nas ações de intervenção no monumento, sob a direção de Luis Saia, a clareza e a unidade do conceito de intervenção não são constantes – fato perfeitamente compreensível, visto tratar-se de um momento a inaugurar os procedimentos ligados às ações práticas de preservação de bens arquitetônicos no país.

Vejamos, primeiramente, a questão do conceito da reconstrução, como ele é utilizado, com quais justificativas, e como ele transparece nas soluções propostas.



Figura 13: Casa-sede do Sítio Santo Antônio, aspecto após a restauração
Fonte: Iphan 9ª SR/SP

No caso da casa-grande, a opção pela reconstrução da ala ruída parece estar de acordo com as posturas expressas na *Carta de Atenas* (1931), na medida em que foram realizadas prospecções e encontrados os vestígios do embasamento original, em taipa, de modo a tornar possível a reconstituição do desenho, de forma integral. A partir desse ponto, foram reconstruídas as paredes em material moderno, distinguindo-se a intervenção do elemento preexistente. Além disso, o aspecto plástico do monumento é preservado com a homogeneidade do tratamento dado pelo revestimento final e continuidade do volume da cobertura.

Nota-se, então, sua reconstituição integral com base não só no documento encontrado – as fundações em taipa – como também na observação dos modelos até o momento conhecidos e estudados. Esses talvez até constituíssem referência segura para os casos de planta típica, quadrada, mas a casa-sede do sítio constituía um exemplar que fugia a essa regra; por isso, a apreensão de Lucio Costa não era vã. Sua forma alongada nos faz cogitar a hipótese que a aplicação do conceito de modelo não seria aplicável nesse caso, tendo em vista as já conhecidas variações as quais a tipologia assumiu, em outros exemplares conhecidos.

A falta de documentação fotográfica das prospecções realizadas e a suposição de esse embasamento original em taipa ter sido removido para a execução das novas fundações em concreto, levam-nos à impossibilidade de estender e elucidar esses questionamentos. Mesmo assim, ao se supor um resgate fiel da disposição em planta da antiga residência, há de indagar-se – uma vez que esse não era um modelo típico –, se a cobertura teria sido mesmo em quatro águas, ou se essa ala não teria sido construída em um momento posterior, de expansão da planta inicial.

Com relação à capela, no entanto, a situação é um pouco distinta. Os documentos fidedignos encontrados são um pouco mais parciais – como o encaixe retangular na prancha de madeira da fachada frontal –, e a tese sobre sua configuração primitiva, mais fragilmente construída, gerando os questionamentos os quais, mais tarde, foram feitos.

A opção pela reconstrução se faz, então, em um terreno tanto mais acidentado – repleto de possibilidades formais diversas – quanto desconhecido, pois não foi possível resgatar o desenho, em planta, do alpendre frontal. *A imagem da capela italiana aparece, então, como a miragem, antevista por Mário, e passa a constituir o modelo, a referência tipológica básica com as análises realizadas in loco* (ver Figura 14).

As ruínas da casa do Barão, por outro lado, se tivessem sido mantidas, poderiam constituir, hoje, rica fonte de conhecimento e pesquisa sobre o modo de vida do paulista, desde os primeiros séculos até o momento em que o conjunto foi encontrado.

Pode-se concluir assim que, na restauração do conjunto arquitetônico do Sítio Santo Antônio, além da importância dada ao período colonial – manifesto na recuperação das edificações do

Figura 14: Capela italiana: inspiração registrada no caderno de obras
Fonte: Iphan 9ª SR/SP



século 17 e na demolição das ruínas do século 19 –, é notável o rigor do desenho, na absoluta simetria da casa-sede restaurada, contrastando, propositalmente, com as formas amebóides do lago criado, na década de 1960, traços do viés moderno a marcarem a especificidade do caso brasileiro diante da experiência de preservação em outros países, também presentes nessa intervenção paulista.



Figura 15: Conjunto restaurado, em 2001
Crédito: Autora

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Aracy A. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1981.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*, São Paulo: n. 18, p. 5-17, 1992.
- _____. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: Cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Pró-Memória, 1981.
- _____. A capela de Santo Antônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 26, p. 24-29, 1997.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/FNPM, 1987b.
- _____. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MEC/FNPM, 1986.
- ARQUIVO do Iphan. 9ª Superintendência Regional de São Paulo. São Paulo: Iphan, 2002, 2003.
- ARQUIVO NORONHA Santos. Rio de Janeiro: ANS, 2002, 2003.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Beatriz e Paulo M. Kühn. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL – Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional próMemória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980.
- COSTA, Lucio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 26, p. 105-169, 1997.
- _____. *Documentação necessária. Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP/MEC/Iphan, 1975.
- _____. *Informação n. 181 de 22 de novembro de 1947*. Pasta MTSP 14.3.3., Iphan 9ª SR/SP. São Paulo: Iphan, 1947.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/PMSP/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

FERNÁNDEZ, Rosa Amelia Flores. *Estudo da taipa de pilão visando às intervenções em edificações de interesse cultural*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

GONÇALVES, Cristiane Souza. A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo: O caso da restauração da Igreja de São Miguel, 1939-1941. *Revista PÓS*, São Paulo: FAUUSP, n. 19, p. 91-111, 2006.

_____. *Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional relativa aos bens tombados do Estado de São Paulo. Acervo das Pastas Suspensas*. 2003. Trabalho Programado 3 – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. *Metodologia para a restauração arquitetônica: A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937-1975*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

_____. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n. 26, 1997a.

_____. *Sítio e Capela de Santo Antônio: Roteiro de visita*. Textos e pesquisas: Carlos G. F. Cerqueira e José Saia Neto. São Paulo: 9ª Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997b.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas bandeiristas – Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo: IGEOG-USP, 1976.

LEMONS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 1984.

RUSKIN, John. *Las siete lampadas de la arquitectura*. Buenos Aires: Librería El Ateneo, 1956.

SAIA, Luis. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. *Arquitetura civil I*. São Paulo: FAUUSP/MEC-Iphan, 1975a.

_____. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 60-67, 1997.

_____. *Ofício 222/47 de 10 de novembro de 1947*. Pasta MTSP 14.3.3., Iphan 9ª SR/SP. São Paulo: Iphan, 1947.

SAIA NETO, José. São Paulo: Iphan 9ª SR, 14 e 18-02-2003 (Entrevista).

SCHMIDT, Carlos Borges. *Construções de taipa – Alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica*. *Boletim de Agricultura*, São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1946. Número único (Série 47a).

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos*. 5. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

Cristiane Souza Gonçalves

Arquiteta e urbanista pela UFES, especialista em Patrimônio Arquitetônico: Teoria e Projeto pela FAU-PUC-Campinas, mestre em Estruturas Ambientais Urbanas e doutoranda pela FAUUSP. Atua como arquiteta em São Paulo e desenvolve atividades didáticas no curso de especialização Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauo da UNICSUL.

e-mail: crisgon@usp.br-mail